

artigo 39.º do Código do Procedimento Administrativo, o delegante conserva, de entre outros, os seguintes poderes:

1) Chamamento a si, a qualquer momento e sem formalidades, da tarefa de resolução de assuntos que entenda convenientes sem que isso implique derrogação, ainda que parcial, deste despacho;

2) Direcção, controlo, modificação ou revogação dos actos praticados pelo delegado;

3) Em todos os actos praticados por delegação de competências, o delegado fará menção expressa da qualidade em que actua utilizando a expressão «Por delegação do Chefe de Finanças, o Adjunto» ou outra equivalente.

Este despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo funcionário delegado.

30 de Junho de 2006. — O Chefe do Serviço de Finanças de Pombal 1, *Júlio Dionísio Penedo*.

#### **Aviso (extracto) n.º 8417/2006**

##### **Delegação de competências**

Ao abrigo do disposto nos artigos 30.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, deogo nos chefes de finanças do distrito de Évora a competência legal que me está atribuída pelos n.ºs 4 e 5 do artigo 65.º do CIRS para a alteração aos rendimentos declarados pelos sujeitos passivos no modelo n.º 3 do IRS, relativamente aos rendimentos dos anos 2005 e seguintes, resultantes de procedimento de verificação de situações irregulares que se mostrem reveladas na aplicação informática instituída para a sua detecção e gestão.

É permitida a subdelegação no chefe de finanças-adjunto para a respectiva área, a qual deve ser submetida ao meu sancionamento antes da sua publicação.

Com conhecimento aos chefes de divisão da Tributação e Cobrança e da Justiça Tributária.

Aos chefes de finanças para cumprimento.

Remeta-se à DSGRH para publicação no *Diário da República*.

A presente delegação produz efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, considerando-se ratificados os actos praticados ao seu abrigo.

4 de Julho de 2006. — O Director de Finanças de Évora, *António Pedro Falcão Marques*.

#### **Aviso (extracto) n.º 8418/2006**

Faz-se público o aditamento à lista de candidatos admitidos, respeitante ao concurso interno para admissão a estágio com vista ao provimento de 700 lugares na categoria de técnico de administração tributária-adjunto (TATA), nível 1, grau 2, do grupo de pessoal de administração tributária (GAT), do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, aberto pelo aviso n.º 10 838/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 230, de 30 de Novembro de 2005, na sequência do deferimento dos recursos hierárquicos interpostos:

Ana Cristina Silva Costa Henriques.  
Ana Margarida da Silva Garcia Pavão.  
Ana Maria Salvado da Silva Fernandes Lage.  
Ana Paula da Silva Lourenço Camacho.  
Ana Paula Veloso Alves.  
Antero Correia Ramos.  
Augusto Henriques Reis do Amaral.  
Clara Maria Rodrigues Noro Além.  
Cristina Maria Simão Camilo Pires.  
Emília Raquel Gonçalves Martins.  
Isabel Maria Gomes Moreira de Freitas.  
Jorge Manuel Gomes Sousa.  
Maria da Conceição Vieira da Silva Pereira.  
Maria dos Anjos de Jesus Nunes Pereira.  
Patrícia Dolores dos Santos Raimão Lopes.  
Paula Rita Fernandes Seco Silva.  
Rita Isabel do Corgo Teixeira Dias Fernandes.  
Rosa Maria Teixeira Coelho da Silva.  
Sandra Cardoso Russo Bóia.  
Sandra Catarina de Jesus Marques.  
Susete de Jesus Gonçalves Esturrica Godinho.

7 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### **Aviso n.º 8419/2006**

Faz-se público que, por despacho do director-geral dos Impostos de 5 de Julho de 2006, e com vista à execução do Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo proferido em 4 de Outubro de 2005, no recurso n.º 642/05, é alterada a composição do júri do concurso para

técnico economista de 1.ª classe aberto por aviso divulgado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 65, de 18 de Março de 1994, ficando o mesmo assim constituído:

Presidente — João Paulo Pereira Morais Canedo, director de serviços.

Vogais efectivos:

Fernando Caldeira Martins, inspector tributário assessor principal, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos.

José António Mendes Ferreira, inspector tributário assessor.

Vogais suplentes:

Álvaro António André Nogueira, técnico economista assessor principal.

João José Ferragolo Veiga, inspector tributário assessor principal.

10 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### **Aviso (extracto) n.º 8420/2006**

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e da subdirectora-geral dos Serviços Prisionais de 30 de Maio e de 29 de Junho de 2006, respectivamente, foi autorizada a requisição pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Serviços de Consultadoria Jurídica e do Contencioso, de Carla Maria Catarino Rodrigues Martins, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a partir de 24 de Julho de 2006.

18 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### **Aviso (extracto) n.º 8421/2006**

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do reitor da Universidade de Évora de 5 e de 16 de Junho de 2006, respectivamente, foi autorizada a requisição pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças de Évora, de Sónia Maria Rodrigues Pena Patrão, assistente administrativa principal do quadro de pessoal não docente da Universidade de Évora, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2006.

18 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### **Aviso (extracto) n.º 8422/2006**

Por despacho do director-geral dos Impostos de 21 de Junho de 2006:

Arlindo José Borges Rodrigues, técnico de administração tributária principal, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Identificação de Contribuintes da Direcção de Serviços de Registo de Contribuintes, nos termos do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e dos artigos 12.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2006.

António José Coimbra Mateus, técnico de administração tributária, nível 2, grau 4, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de chefe de divisão de Apoio e Controlo das Secções de Cobrança da Direcção de Serviços de Contabilidade e Controlo, nos termos do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e dos artigos 12.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, com efeitos reportados a 1 de Julho de 2006.

(Isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

31 de Julho de 2006. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

#### **Aviso (extracto) n.º 8423/2006**

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social de 5 e de 13 de Julho, respectivamente, foi autorizada a requisição de Carla Maria de Bastos

Borrões, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal desse organismo, pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e da reitora da Universidade de Aveiro de 5 e de 19 de Julho de 2006, respectivamente, foi autorizada a requisição de Rui Dinis de Melo Martins, técnico de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente dessa Universidade, pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças do Porto, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do presidente do Instituto da Vinha e do Vinho de 5 e de 20 de Julho, respectivamente, foi autorizada a requisição de José Amâncio Gomes da Fonseca, técnico superior de 1.ª classe do quadro de pessoal desse organismo, pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

Por despachos da subdirectora-geral, por delegação de competências do director-geral dos Impostos, e do director-geral do Tesouro de 5 e de 20 de Julho de 2006, respectivamente:

Foi a Amândio Henrique Correia Jesus da Silva, técnico superior do tesouro do quadro de pessoal desse organismo, autorizada a requisição pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças do Porto, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

Foi a Carla Lúcia Gomes da Fonseca, técnica superior de tesouro do quadro de pessoal desse organismo, autorizada a requisição pelo período de um ano, a fim de exercer funções nesta Direcção-Geral, com afectação à Direcção de Finanças de Lisboa, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 27.º-A do mesmo diploma, aditado pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, com efeitos a 1 de Setembro de 2006.

2 de Agosto de 2006. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

#### **Despacho (extracto) n.º 16 435/2006**

##### **Delegação de competências**

Nos termos do n.º 1 do artigo 62.º da lei geral tributária (LGT) e do n.º 1 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), delego nos chefes de finanças do distrito de Portalegre a competência prevista no n.º 5 do artigo 65.º do CIRS, para promoverem a alteração aos rendimentos declarados nas declarações modelo n.º 3, resultantes de situações de divergência entre os elementos declarados e os conhecidos pela administração fiscal.

3 de Julho de 2006. — O Director de Finanças de Portalegre, *João Maria Caixa Dionísio*.

#### **Direcção-Geral do Orçamento**

##### **Despacho (extracto) n.º 16 436/2006**

Por despacho de 25 de Julho de 2006, nomeio Maria Odete dos Santos Martins, Maria Alzira Borges Pires e Maria da Encarnação Salvado Duarte, peritas contabilistas de 2.ª classe, da carreira de técnico contabilista do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Orçamento, precedendo concurso, na categoria de perito contabilista de 1.ª classe do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, conforme o constante do mapa v do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

26 de Julho de 2006. — O Subdirector-Geral, *Eduardo Sequeira*.

## **MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**

### **Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar**

#### **Despacho (extracto) n.º 16 437/2006**

1 — Considerando que o capitão-de-fragata Paulo Tomás de Sousa Costa reúne um conjunto de características pessoais e profissionais como oficial da Marinha que é adequado ao desempenho da função de meu colaborador, nos termos das disposições conjugadas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e de acordo com o artigo 146.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, nomeio, em comissão normal de serviço, o capitão-de-fragata Paulo Tomás de Sousa Costa para exercer as funções de meu assessor.

2 — Ao nomeado é atribuída a remuneração mensal correspondente ao vencimento e despesas de representação fixados para os adjuntos dos gabinetes dos membros do Governo, acrescida de subsídio de refeição e demais regalias em vigor.

3 — Os subsídios de férias e de Natal a que tiver direito, nos termos da lei, terão por base aquela remuneração mensal.

4 — Revogo o meu despacho n.º 15 894/2006, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 28 de Julho de 2006.

5 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 5 de Julho de 2006.

5 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

#### **Despacho n.º 16 438/2006**

1 — Considerando que o tenente-coronel Gil Manuel Araújo Barbeitos de Sousa reúne um conjunto de características pessoais e profissionais como oficial da Força Aérea, que é adequado ao desempenho de funções no meu Gabinete, nos termos das disposições conjugadas nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, e de acordo com o artigo 146.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, nomeio, em comissão normal de serviço, o tenente-coronel ADMAER Gil Manuel Araújo Barbeitos de Sousa para exercer as funções de meu assessor.

2 — O nomeado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho.

3 — Revogo o meu despacho n.º 15 899/2006, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 145, de 28 de Julho de 2006.

4 — O presente despacho de nomeação produz efeitos a partir de 3 de Julho de 2006.

5 de Julho de 2006. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

### **Inspeção-Geral da Defesa Nacional**

#### **Despacho n.º 16 439/2006**

O licenciado Paulo Alexandre Duarte Correia, estagiário da carreira de inspeção superior, em regime de contrato administrativo de provimento, foi nomeado definitivamente, precedendo estágio de um ano e aprovação no mesmo, inspector (escalão 1, índice 500) do quadro de pessoal da Inspeção-Geral da Defesa Nacional. A presente nomeação produz efeitos à data do despacho.

14 de Julho de 2006. — O Inspector-Geral, *António Manuel Abrantes Lopes*, vice-almirante.

#### **Instituto de Defesa Nacional**

##### **Despacho n.º 16 440/2006**

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, determino que mantenha as funções de secretariado no meu Gabinete, em acumulação com as funções de chefia da Secção de Expediente e Arquivo, a chefe de secção Maria da Nazaré Ferreira Morais dos Reis Oliveira, com efeitos a 28 de Junho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

11 de Julho de 2006. — O Director, *João Marques de Almeida*.